

CONSELHO DE MAGISTRATURA

ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES

PORTARIA Nº 75 / 2017

A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, usando de suas atribuições legais e cumprindo decisão do Conselho Superior da Magistratura, em sua Sessão Ordinária de 23 de janeiro de 2017, ao apreciar o pedido constante do Processo Administrativo de nº. 8523304-31.2016.8.06.0000, formulado pela Dra. Yanne Maria Bezerra de Alencar, Juíza Substituta da Comarca de Jucás,

RESOLVE designar o DR. LUIS EDUARDO GIRÃO MOTA, Juiz de Direito Auxiliar da 2ª Zona Judiciária, sediada em Iguatu, para, sem prejuízo de suas atribuições, atuar no processo de nº. 3986-81.2014.8.06.0113, em curso na Comarca de Jucás, face à suspeição da magistrada titular.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 24 de janeiro de 2017.

Desembargadora MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE
Presidente do TJCE

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES

PORTARIA Nº. 2/2017

Torna público os PROJETOS e AÇÕES acompanhadas e/ou desenvolvidas ao longo da Gestão 2015/2017.

O DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA, Corregedor Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO que Corregedoria-Geral de Justiça é órgão de fiscalização, disciplina e **orientação administrativa**, cuja competência abrange Magistrados do 1º grau, funcionários, Serventuários Judiciários e Extrajudiciários efetivos, temporários e agregados pelo Poder Judiciário (art. 56 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará c/c o art. 2º, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral de Justiça);

RESOLVE, tornar público às AÇÕES E PROJETOS acompanhadas e/ou desenvolvidas pelos Exmos. Juizes Corregedores Auxiliares desta CGJ-CE durante a gestão do biênio de 2015/2017.

ROBERTA PONTE MARQUES MAIA	
PROJETO PAI PRESENTE	Objetiva estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro.
COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU	Visa desenvolver iniciativas com o fim de atender à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme Resolução 194 do CNJ (Portaria nº 1648/2015)
NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE	Objetiva dar mais fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros operadores sujeitos do processo, não só para cumprimento de atos judiciais, mas também para harmonização e agilização de rotinas e procedimentos forenses, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária (Resolução do Órgão Especial nº 08/2012)

DEMETRIO SAKER NETO

COMISSÃO PARA ANALISAR OS DADOS COLETADOS PELA AUDITORIA DA CGJCE E APRESENTAR SUGESTÕES PARA SUBSIDIAR A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÃO ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS VAGAS NO ESTADO	Portaria nº 27/2016 - CGJCE, Dje de 25/07/2016
INTEGRA - GRUPO DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR DO PODER JUDICIÁRIO PARA AS ATIVIDADES DO PROGRAMA INTEGRA, ORIUNDO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 20/2011.	Grupo de Trabalho responsável pelas as atividades do Programa INTEGRA, oriundo do Convênio de Cooperação Técnica nº 20/2011. (Portaria nº 1169/2015, Dje de 20/05/2015
GRUPO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOCONFERÊNCIA	Portaria nº 1265/2016, Presidência TJCE, DJe 25/07/2016
COMITÊ ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE	Portaria nº 1376/2015, Presidência TJCE, DJe 17/06/2015
GRUPO DE TRABALHO COM A ATRIBUIÇÃO DE ATUAR DIRETAMENTE NOS PROCESSOS COM PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO, QUE TENHAM COMO INTERESSADOS PESSOAS IDOSAS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PORTADORES DAS DOENÇAS GRAVES	Portaria nº 38/2016/CGJCE, DJe 26/09/2016
COMISSÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE ROTINAS DO PROCEDIMENTO CÍVEL COMUM ORDINÁRIO, BEM COMO PARA ELABORAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	Portaria nº 37/2016, DJe 13/09/16
PROJETO ERRADICAÇÃO DE SUB-REGISTRO	O programa possibilita que as certidões de nascimento sejam emitidas na própria unidade de saúde onde o parto aconteceu. (Provimento nº 13/2010)
MOBILIZAÇÃO PELA CERTIDÃO DE NASCIMENTO	Portaria nº 31/2016 - CGJCE, DJe 25/08/2016
GRUPO DE TRABALHO PARA A ELABORAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS INTERNOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA (CGJ)	Portaria nº 40/2015 Publicada no DJe, de 25/06/2015 e Republicada no DJe, de 29/06/2015.
COMISSÃO PARA AVALIAR A NECESSIDADE DOS LIVROS OBRIGATÓRIOS DAS SECRETARIAS DAS VARAS COM SISTEMA INFORMATIZADO	Portaria nº 41/2016, DJe 07/10/16
GRUPO DE AUXÍLIO PARA REDUÇÃO DO CONGESTIONAMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS DE FORTALEZA.	Ofício nº 5.059/2015
REPRESENTAÇÃO DA CORREGEDORIA NA COMISSÃO PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TJCE	
REPRESENTAÇÃO DA CORREGEDORIA QUANTO À GESTÃO DE METAS INSTITUCIONAIS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TJCE	Processo nº 8518684-44.2014.8.06.0000
COMISSÃO DE SEGURANÇA PERMANENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.	Portaria nº 524/2016, DJe de 05/04/2016.
RICARDO BRUNO FONTENELLE	
PROJETO JUSTIÇA ABERTA DO CNJ	Tem por finalidade facilitar o acesso dos cidadãos as informações sobre a localização de varas criminais, cíveis, tribunais, cartórios e outras instituições a serviço do sistema judiciário do Brasil e sobre relatórios de produtividade das secretarias processuais.

BANCO NACIONAL DE MANDADOS E PRISÃO – BNMP	Visa facilitar o conhecimento por qualquer pessoa e o cumprimento de diligências por parte das autoridades policiais, assim como auxiliar os juizes no exercício de sua jurisdição. É alimentado através de um Webservice e tem a finalidade de disponibilizar a consulta e a recepção dos mandados de prisão
COMITÊ GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Portaria nº 353/201676/2015, Presidência TJCE, DJe 28/03/2016 (Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015 do CNJ)
SISTEMA DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - SISTAC	Despacho/ofício n 5372/2016/CGJCE.

MIRIAN PORTO MOTA RANDAL POMPEU	
PROJETO JUSTIÇA PLENA	O Programa Justiça Plena monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. Lançada pela Corregedoria Nacional de Justiça em novembro de 2010, a iniciativa apoia a gestão dessas causas, relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais. Os trabalhos são coordenados pela Corregedoria Nacional de Justiça e pelas Corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados

RÔMULO VERAS HOLANDA	
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE	Portaria nº 1896/2016, DJe 27/11/16
COMITÊ GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	Portaria nº 353/201676/2015, Presidência TJCE, DJe 28/03/2016 (Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015 do CNJ)

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Corregedor Geral de Justiça, em Fortaleza, aos 25 de janeiro de 2017.

DESEMBARGADOR FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA**PORTARIAS, ATOS, DESPACHOS E OUTROS EXPEDIENTES****PORTARIA Nº 75 /2017**

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADOS EM RESPONDÊNCIA NAS VARAS CRIMINAIS, DURANTE AS FÉRIAS DO (A) JUIZ (A) TITULAR COM INÍCIO NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017.

O DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA DESTA COMARCA DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, JUIZ DE DIREITO JOSÉ MARIA DOS SANTOS SALES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **CONSIDERANDO** o disposto no artigo 101 da Lei nº. 12.342, de 28 de julho de 1994 (Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará);

CONSIDERANDO as férias individuais dos magistrados desta Comarca com início em **FEVEREIRO DE 2017**;

CONSIDERANDO o afastamento de férias dos magistrados em varas seqüenciadas, ficam designados os magistrados conforme o Art. 4º da Portaria 152/2014-DF;

RESOLVE: estabelecer as respondências a serem cumpridas pelos Juizes de Direito das Varas constante da presente Portaria.

VARAS CRIMINAIS

TITULARIDADE	JUIZ(A)S	RESPONDENCIA
20ª Vara Criminal	Juíza Christianne Braga Magalhães Cabral	15ª Vara Criminal De 01/02/17 a 20/02/17